



Segurança e Espaço Público: Um estudo de impacto após reforma no C.S.U. em Esperança-PB.

Autores:

Robson Joabson Soares Porto - LabRua - robson@labrua.org

Antônio Fernando Vasconcelos Filho - UniFacisa - feuvasconcelos@gmail.com

Resumo:

A falta de segurança e de infraestrutura pública atualmente assola os pequenos e grandes centros urbanos, desencadeando uma constante segregação entre as edificações e o espaço público, na maioria das vezes com muros altos e fachadas cegas. No município de Esperança, na Paraíba, está localizado o Centro Social Urbano (C.S.U.), um espaço dedicado a contribuir para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social. Recentemente este órgão passou por uma reforma na sua estrutura, retirando os muros que faziam parte de sua composição e que separavam seu interior do exterior; no lugar dos muros foram implantadas grades que facilitam a permeabilidade no espaço, quebrando a segregação que existia previamente. Através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e aplicação de questionários in loco, observou-se os impactos positivos que a reforma trouxe, sendo elas praticamente unânimes quanto a melhoria do espaço público e a convivência com o seu entorno.

SEGURANÇA E ESPAÇO PÚBLICO:

Um estudo de impacto após reforma no C.S.U. em Esperança-PB.

INTRODUÇÃO

Com o advento da revolução industrial, as cidades em seu processo de desenvolvimento sofreram inúmeras mudanças. A principal delas foi a separação dos ambientes de casa e trabalho. Estas mudanças, acarretaram no crescimento da urbe, impulsionando a criação de novas necessidades de deslocamento, aumentando substancialmente o padrão de distâncias (BRASIL, 2016).

Diante destas prerrogativas, as cidades passaram a exigir novos modelos de organização espacial urbana, abrindo espaço para a criação de planos urbanísticos. Estes planos, seguiram como modelo as experiências da Europa e América Setentrional, moldando-se de acordo com as características locais, com a finalidade de melhorar a urbe e seu funcionamento.

Nesse contexto, a cidade é o cenário para que as relações humanas aconteçam, onde ocorrem as trocas de experiências entre as pessoas e o espaço edificado. Sendo assim, existe uma importância de prezar pelo espaço público na cidade, ao mesmo tempo que as edificações incentivem seu uso, para que o mesmo tenha boa qualidade e estrutura, de modo que as pessoas se sintam convidadas, seguras e confortáveis ao desfrutar do espaço.

A falta de segurança e de infraestrutura pública atualmente assola os pequenos e grandes centros urbanos. Este fator acaba por desencadear a constante segregação entre as edificações e o espaço público, seja através de muros altos ou condomínios fechados. Em virtude disto, os espaços públicos da cidade perdem a relação com as edificações, o que desencadeia um espaço de transição de má qualidade.

Espaço de transição é, segundo Gehl, “o local onde a cidade encontra as edificações” (p. 75, 2012). Estes espaços tratam-se da linha de visão do pedestre, os andares térreo das edificações e as fachadas que são vistas por aqueles que caminham no espaço público. Assim como o interior das edificações, é de suma importância que estas áreas de transição sejam bem elaboradas, sem que haja a segregação entre o espaço interno e o externo, permitindo que as fachadas sejam permeáveis e mantenha uma boa relação com o meio urbano.

Contrário a isto, no Brasil, após o movimento modernista foi introduzido um modelo de cidade que não respeita ou se importa com as relações da vida humana. Em virtude disto, os projetos arquitetônicos em sua maioria ignoram estas relações, onde o mercado de arquitetura a cada dia desenvolve uma ilha de super edificações que negligenciam os detalhes da vida humana, perdendo a característica de cidade ao nível dos olhos.

Neste contexto, é importante salientar que ao ponto que as edificações desenvolvem muros em busca de segurança para o seu interior, estes mesmos muros acabam por gerar a falta de segurança no espaço público. Estes muros, são o que Gehl (2012) chama de fachadas inativas, que são caracterizadas por unidades passivas ou cegas com pouca ou nenhuma variação de uso e nenhum detalhe. Além disso, negligência o que Jacobs chama de “olhos da rua”, sendo estes, as pessoas que estão utilizando o espaço público ou conseguem observá-lo através de suas casas, de forma consciente ou não, desempenhando naturalmente uma certa vigilância sobre a área e o que ali acontece.

Em meio a esta realidade, insere-se o C.S.U. (Centro Social Urbano) da cidade de Esperança, o qual possuía um espaço de transição que segregava o meio urbano e atualmente passou por uma reforma que requalificou o lugar e desenvolveu uma melhor relação entre a edificação e o espaço urbano no qual está inserido. O centro é um equipamento público que tem como objetivo fazer a integração entre atividades de lazer, esporte, informação, formação e qualificação a fim de obter uma maior organização e inclusão das comunidades em que instalam. Como tal, possui inúmeros mobiliários urbanos que devem fomentar as relações entre as pessoas, com um caráter de lazer e contemplação.

Desta forma, o então trabalho, objetiva realizar uma análise a fim de compreender o impacto causado pela reforma no Centro Social Urbano. Para tal, objetiva especificamente: entender o espaço urbano antes e após a reforma; analisar o comportamento dos pedestres frente as duas realidades; desenvolver um comparativo sobre o antes e depois do centro; e despertar através desta análise a necessidade de produzir edificações que possuam uma boa relação com o espaço urbano no qual se insere.

APORTE TEÓRICO

Espaço público

Espaço público pode ser definido como um ambiente aberto, democrático e de livre acesso, onde nele manifestam-se as trocas de experiências, as relações humanas, a diversidade de usos, a vocação de lugar e os conflitos e contradições da sociedade inserida (PACHECO, 2017).

O principal usuário do espaço público é o ser humano, logo, é imprescindível que a produção e desenvolvimento destes espaços, se dêem de acordo com as suas necessidades. Dito isso, é notória a necessidade de desenvolver o espaço público a partir da realidade de seus usuários para que desta forma consiga-se atrair mais pessoas ao meio urbano, como afirma Speck (2012, p. 42) “criar uma qualidade de vida melhor é o primeiro passo para atrair novos moradores e postos de trabalho”.

De fato, pessoas atraem pessoas. Ter a viabilidade de pedir ajuda e existir pessoas para ajudar, faz do espaço público um local mais caminhável e confortável. Lugares que estimulam a convivência entre as pessoas e a diversidade, gera condições necessárias para a permanência o que resulta em espaços seguros. Todavia, os lugares também podem afastar as pessoas, quando são hostis, não respeitam a escala humana e não contém espaços de

permanências podem ser abandonados, tornando-os aparentemente inseguros e vulneráveis (JACOBS, 2014).

Jacobs (2007), explica que o movimento modernista introduziu um modelo de cidade que muitas vezes ignora o comportamento humano no espaço público. Desta forma, é comum que os projetistas estejam mais preocupados com os espaços coletivos confinados, é o que afirma Dias (2005):

Shoppings Centers, museus e hipermercados são os novos espaços do convívio e da atração e estão ligados intrinsecamente à lógica do consumo, seja ele cultural ou de produtos industrializados de massa, que dentro desta lógica moldaram a cidade do século XX e que ainda reverberam sobre a cidade que adentra o século XXI (DIAS, 2005, p. 1).

Do mesmo modo, os projetos arquitetônicos em sua maioria, ignoram as relações de vida humana no espaço urbano, onde o mercado arquitetônico moderno, a cada dia, vem sendo desenvolvido como uma ilha de super edificações que negligenciam os detalhes da vida humana, perdendo a identidade da cidade tradicional ao nível dos olhos (KARSSENBERG et al. 2015). É de fundamental relevância enfatizar que “a importância da qualidade da cidade independe de o tráfego a pé ser uma questão de necessidade ou convite. A boa qualidade ao nível dos olhos deve ser considerada como direito humano básico” (GEHL, 2012, p. 118).

Em contraste a isso, o modernismo incentiva uma cidade a 60 km por hora, que em sua concepção não respeita as relações humanas e possui ruas dominadas por veículos, onde espaços e sinais largos são necessários, sendo que motoristas e passageiros não podem perceber detalhes quando estão se movendo nessa velocidade.

A nossa percepção do espaço público, está ligada diretamente com a velocidade com que nos movemos. Os sentidos do ser humano são desenvolvidos para compreender e processar as informações em uma velocidade de mais ou menos 5 km por hora, o que equivale a velocidade de uma pessoa caminhando. Quando a arquitetura incorpora estes detalhes ela se torna, de acordo com Gehl (2012), segura, sustentável e saudável.

Segurança no espaço público

O espaço público, enquanto cenário de relações humanas, afeta diretamente na sensação de segurança, sendo um dos principais fatores para atrair pessoas para seu uso. Quando o espaço público atrai pessoas, essas pessoas começam a atrair novas pessoas, fator que aumenta a sensação de segurança no espaço público.

Em contraste a isso, quando o espaço público ou uma determinada área da cidade torna-se vazia ela deixa de transmitir a sensação de segurança. Se essas localidades não recebem infraestrutura como: iluminação; uso ou até mesmo a atenção adequada, elas deixam de conectar o público com o privado. Essa conexão entre pessoas e lugares é a chave para a segurança dos espaços públicos (TANSCHKEIT, 2016).

Jacobs (2014) afirma que se o espaço urbano possui infraestrutura para gerar conforto, permanência e aproximação entre os usuários, este então desenvolve o que a autora chama de “vigilância natural” ou os “olhos da rua” e o medo de utilizar a cidade, vai se tornando menos presente. O manual CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design - Prevenção de Crimes através do Design Ambiental) descreve a importância da vigilância natural, os “olhos na rua”.

A premissa fundamental é que os criminosos não desejam ser observados. A vigilância ou a colocação de "olhos na rua" legítimos aumenta o risco percebido pelos infratores. Isso também pode aumentar o risco real para os infratores se os observadores estiverem dispostos a agir quando surgirem situações potencialmente ameaçadoras. Assim, o principal objetivo da vigilância não é manter os invasores fora (embora possa ter esse efeito), mas sim manter os invasores sob observação. (CPTED, 2013, p. 08). (Tradução livre).

Em contraponto, é comum que arquitetos em busca de segurança no espaço privado, cerque edificações e em determinadas vezes espaços públicos, todavia, é importante afirmar que “cercar um espaço público não aumenta a segurança da cidade: ela apenas desloca a violência para outro local e, possivelmente, pode aumentá-la criando zonas ausentes de olhos da rua.” (LING, 2015, p. 01).

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado com base nas metodologias do Laboratório de pesquisa LabRua (Laboratório de Rua), o qual tem caráter qualitativo, analisando a relação das particularidades e experiências individuais da população residente da área estudada junto com os aspectos característicos modificados através da reforma. O estudo está direcionado a todos moradores do município de Esperança-PB, especificamente a população do bairro Nova Esperança, região onde está localizado o CSU, assim como as pessoas que utilizam das instalações do mesmo, sendo estes de fato, os que são diretamente assistidos pelo centro social urbano.

Para cumprir com o objetivo proposto por este trabalho, a pesquisa está dividida em quatro etapas, sendo elas: pesquisa bibliográfica, coleta de dados, aplicação de questionário e a sistematização e análise dos dados.

Pesquisa bibliográfica

Nesta etapa, foi desenvolvida uma revisão sistemática da bibliografia referente ao tema de estudo, a fim de obter um aporte teórico sobre as questões relacionadas à espaço público e segurança no espaço público, assim como sobre a metodologia utilizada e sua aplicação em outras localidades.

Coleta de Dados

A coleta das informações necessárias para a análise das ruas estudadas se deu através de visitas *in loco*, realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2018, em diferentes dias e horas, de forma a construir uma percepção global das situadas no entorno do centro social urbano. Além da coleta de dados, as visitas à área de estudo foram essenciais para a compreender a dinâmica dos espaços do entorno do C.S.U. assim como ter contato com a população usuária do local para compreender estas áreas a partir de sua realidade. Por fim, a coleta se deu através de fotos realizadas da área, que serviram para analisar a fachada através da metodologia de Jan Gehl, o qual as classifica em cinco categorias: Ativas (unidades com muita variação de usos, com poucas ou nenhuma unidade cega e muitos detalhes na fachada); Convitativo (fachadas com alguma variação de função, poucas unidades cegas e passivas e alguns detalhes); Misto (unidades com pouca variação de uso, algumas unidades cegas e poucos detalhes); Monótono (variação de uso quase inexistente, muitas unidades cegas e quase nenhum detalhe na fachada); e inativo (possuem muitas unidades passivas e cegas e nenhum detalhe).

Aplicação de questionário

Foi aplicado para a população moradora do município de Esperança-PB com foco nos usuário do centro social urbano, assim como das áreas no entorno deste um questionário com um grau de confiança de 90% e margem de erro de 7%, onde fez-se necessário para tal entrevistar um total de 63 pessoas, a partir das normativas da resolução 510/2016.

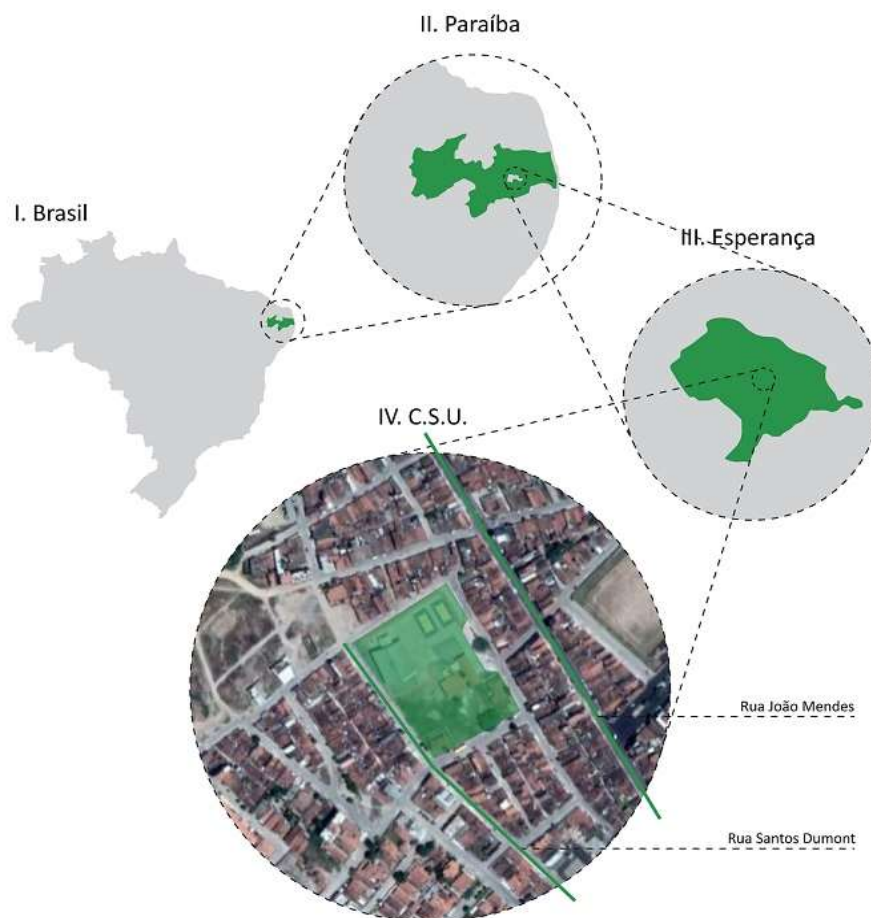
Sistematização e análise dos dados

Os dados coletados foram digitalizados, onde as informações foram analisadas, cruzando-as e elencando os itens necessários para a realização do estudo de impacto.

ANÁLISES E RESULTADOS

Localizado no município de Esperança, na Paraíba, o Centro Social Urbano (C.S.U.), nosso objeto de estudo, é um espaço dedicado a contribuir para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social, oferecendo atividades socioeducativas e cursos de capacitação. O C.S.U. possui equipes formadas por sociólogos, assistentes sociais e psicólogos, que analisam, planejam e supervisionam a viabilidade e o benefício das atividades desenvolvidas.

Figura 01: Mapa de localização.



Fonte: Autores (2018).

Atendendo a toda a população do município, o centro possui em sua configuração espaços destinados a prática de esporte, lazer e convivência. Está inserido próximo a uma das vias de maior influência na cidade, que é a rua João Mendes. Com boa variedade de usos, a via se apresenta com grande fluxo dos diferentes meios de transporte e caracteriza-se por sua vitalidade urbana. No ano de 2018, o C.S.U. passou por uma reforma em sua estrutura física.

Anteriormente a reforma, o centro social urbano, possuía um espaço físico onde a edificação que ocupa uma pequena parcela do lote, se encontrava cercada por muros de aproximadamente 1.80 metros de altura (figuras 02 a 05). Os muros, que deveriam ofertar segurança à edificação, além de enclausurar o centro, representava no espaço urbano, uma barreira entre o espaço interno e externo, refletindo uma área ociosa e vazia, que não atrai pessoas para seu uso.

Figura 02,03,04 e 05 - Centro Social Urbano antes da reforma.



Fonte: Autores, 2018.

De acordo com relatos da população local, o espaço nesta configuração tornava a rua uma área não ocupada, que não possuía pessoas, o que reduzia sua sensação de segurança e tornava o entorno da edificação - a partir das palavras de uma moradora - “esquisito, fechado e sem segurança”.

Após reforma, foi possível observar que uma das principais mudanças obtidas no centro social urbano, foi a retirada de seu muro, além da requalificação dos espaços internos, atribuindo novos usos e melhorando os equipamentos existentes. Os muros que antes incomodavam o pedestre e lhe dava a sensação de insegurança, fora substituído por grades que permitem uma maior permeabilidade entre os espaços internos da edificação e as áreas públicas (figuras 06 a 08).

Figura 06, 07 e 08 - Centro Social Urbano após a reforma.



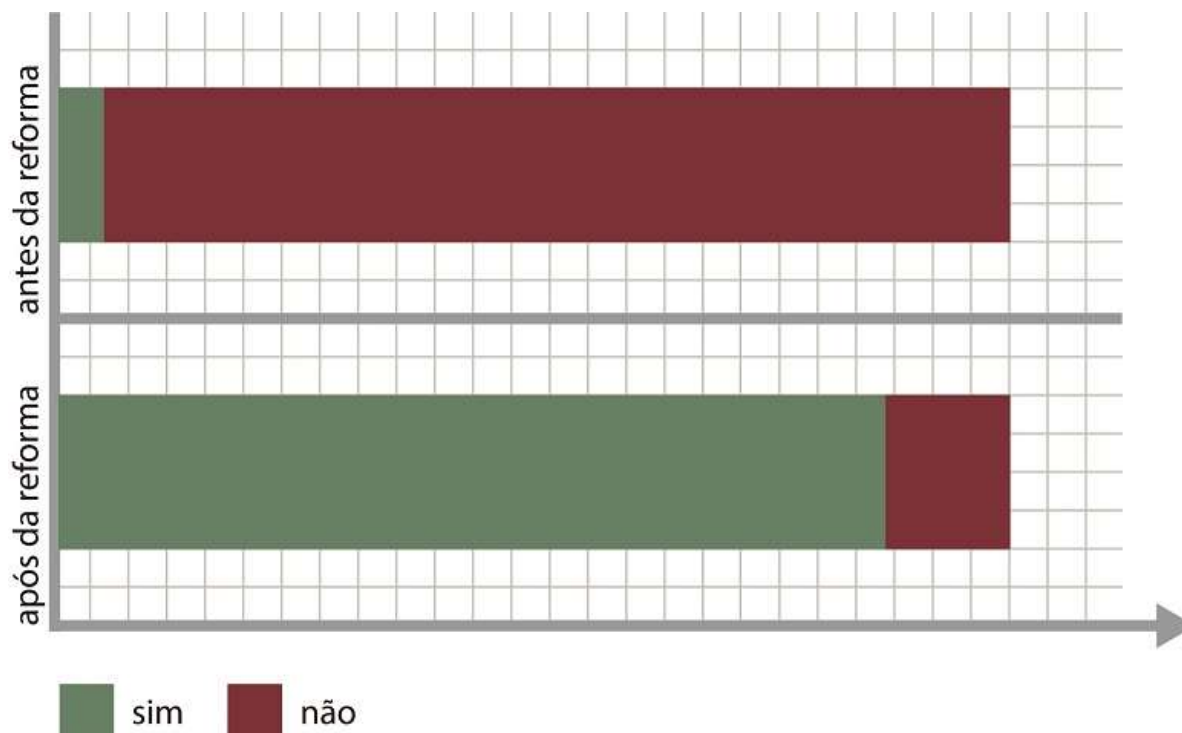
Fonte: Autores, 2018.

Diante destas prerrogativas, foi levado a população um questionário com a finalidade de compreender os impactos que estas pessoas sentiram com as mudanças que ocorreram após a reforma do centro social urbano. O questionário atingiu um total de 40 pessoas, envolvendo pessoas de todas as faixas etárias, grupos sociais e classe social para que haja uma percepção a partir de diferentes realidades sociais.

Dentre as perguntas presentes no questionário, foi indagado a esta parcela da população se eles se sentiam seguros ao utilizar os espaços no entorno do C.S.U. antes e depois da reforma. O resultado foi que a grande maioria não se sentia seguro com a presença do muro e após a mudança para o gradil, a sensação de segurança aumentou, como ilustrado no gráfico 01.

Nesse contexto é possível analisar que os muros que deveriam gerar segurança para a edificação, tornava seu entorno uma área ociosa, e em detrimento disso as pessoas não se apropriaram do seu uso. Quando não há pessoas, não há vitalidade urbana e o resultado disso é a sensação de insegurança que é despertada nos usuários.

Gráfico 01 - Gráfico sobre percepção de segurança pública, baseado na opinião dos usuários do local.



Fonte: Autores, 2018.

O impacto causado pela substituição dos muros pelas grades foi de satisfação para a população, tomando como base as entrevistas realizadas no local. O fato das substituições tornarem o C.S.U permeável, influencia diretamente nas relações do interior com o exterior e isso agradou aos moradores locais que relatam e fazem comparações com a antiga proposta do C.S.U e em como ele se encontra atualmente depois da sua reforma, o que proporciona aos mesmos uma melhor convivência com o espaço público, tanto para a questão do uso do centro social, como também para o entorno, onde é perceptível a mudança no ambiente e nos usuários do local.

Como resultado, os usuários desenvolveram o sentimento de pertencimento com o local, os relatos dos usuários afirmam que a reforma gerou uma visão muito mais bonita daquele trecho da cidade, o que valorizou a área e até mesmo o comércio presente. Estas prerrogativas atraíram pessoas para utilizarem os equipamentos do centro social urbano, o que aumentou a sensação de segurança do pedestre que caminha no entorno.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou o impacto da substituição de um muro por gradil no C.S.U. na cidade de Esperança, Paraíba. O centro, é um espaço que possui a finalidade de contribuir para a melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade social, oferecendo atividades socioeducativas. A partir da análise aqui exposta, é possível entender a relação que existe entre a edificação e o espaço público, e o quanto essa relação está interligada com a sensação de segurança no espaço público. É possível concluir a importância

que os olhos da rua possuem nesse contexto, quando se desenvolve uma edificação que respeita as relações humanas que acontecem diariamente na cidade.

No caso deste estudo, que trata-se da análise de um equipamento urbano gerido pelo poder público, está atrelado a uma problemática ainda maior. Primeiro existe essa necessidade de que os arquitetos ao desenvolverem edificações, tenham a sensibilidade de compreender que o que ele produz afeta diretamente o funcionamento da cidade e as relações que ocorrem nela. Segundo, estamos analisando um equipamento público que por definição deve possuir livre acesso para toda a população, dito isso, não existe a necessidade de possuir muros.

Quando desenvolvemos barreiras nos mais diversos projetos inseridos na urbe, nós impedimos que as atividades que ocorrem no interior da edificação se estenda para o espaço público e vice-versa. Pode-se observar então, que o muro, enquanto fachada inativa, pode influenciar diretamente no espaço público, pois como barreira física ele impede qualquer tipo de contato entre o interno e o externo, ou seja, a edificação e a rua e essa segregação atua diretamente na relação homem e espaço público.

As edificações estão se fechando cada dia mais para o espaço público, acreditando na ideia de gerir segurança para o seu interior, entretanto o efeito causado por essa atitude desencadeia ainda mais a sensação de insegurança no meio externo e seu entorno. Essa problemática é de responsabilidade daqueles que desenvolvem a cidade em toda sua extensão. É de fundamental importância que arquitetos e urbanistas, despertem o seu olhar para essa questão urbana e repensem a maneira que as cidades vem se desenvolvendo, principalmente pela velocidade em que isso acontece, onde na maioria das vezes o pedestre não é priorizado.

É perceptível a drástica mudança que houve neste caso, onde a substituição do muro por um gradil, elemento que dar mais permeabilidade, afetou diretamente na percepção e uso das pessoas não só do espaço do centro social urbano, mas também do espaço público. Diante disso, se torna ainda mais notório o quanto o desenho urbano pode afetar, positiva ou negativamente nas relações humanas que acontecem no espaço público.

REFERÊNCIAS

- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- DUARTE, Fabio. **Planejamento urbano**. Curitiba: Ibplex, 2012. 202 p.
- ESPERANÇA (Município). Constituição (2006). Lei nº 41, de 30 de novembro de 2006. Plano diretor participativo de Esperança. **Lex**. 1. ed. Esperança, PB.
- ESPERANÇA. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (Org.). **Cidades: Esperança**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250600>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ESPERANÇA, Prefeitura Municipal de. **História**. 2017. Disponível em: <<http://www.esperanca.pb.gov.br/index.php/a-cidade/historia>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2012. 280 p.

FERREIRA, R. **A passagem de Antônio Silvino por Esperança**. Versão eBook. Edições Banabuyé. Esperança/PB: 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 510 p.

KARSSENBERG et al. **A cidade ao nível dos olhos**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. 344 p.

LING, Anthony. **Cercar espaços públicos é errado em todos os sentidos imagináveis**. 2015. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/cercar-espacos-publicos-e-errado-em-todos-os-sentidos-imaginaveis/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Manual de prevenção ao crime **CPTED** (Crime Prevention Through Environmental Design - Prevenção de Crimes através do Design Ambiental).

PACHECO, Priscila. **Espços Públicos: 10 princípios para conectar as pessoas e a rua** 21 Jun 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 21 Nov 2018. <<https://www.archdaily.com.br/br/873962/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-as-pessoas-e-a-rua>> ISSN 0719-8906.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Perspectiva S.a., 2012. 270 p.

TANSCHUIT, Paula. **Conexões entre pessoas e lugares podem ser a chave para a segurança dos espaços públicos**. 2016. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2016/05/19/conexoes-entre-pessoas-e-lugares-podem-ser-a-chave-para-a-seguranca-dos-espacos-publicos/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.